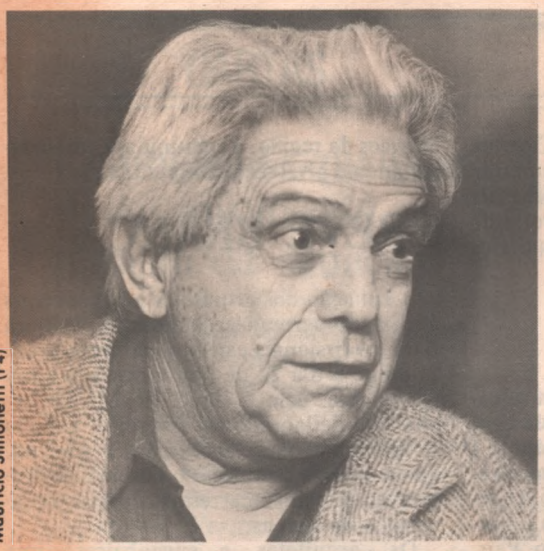
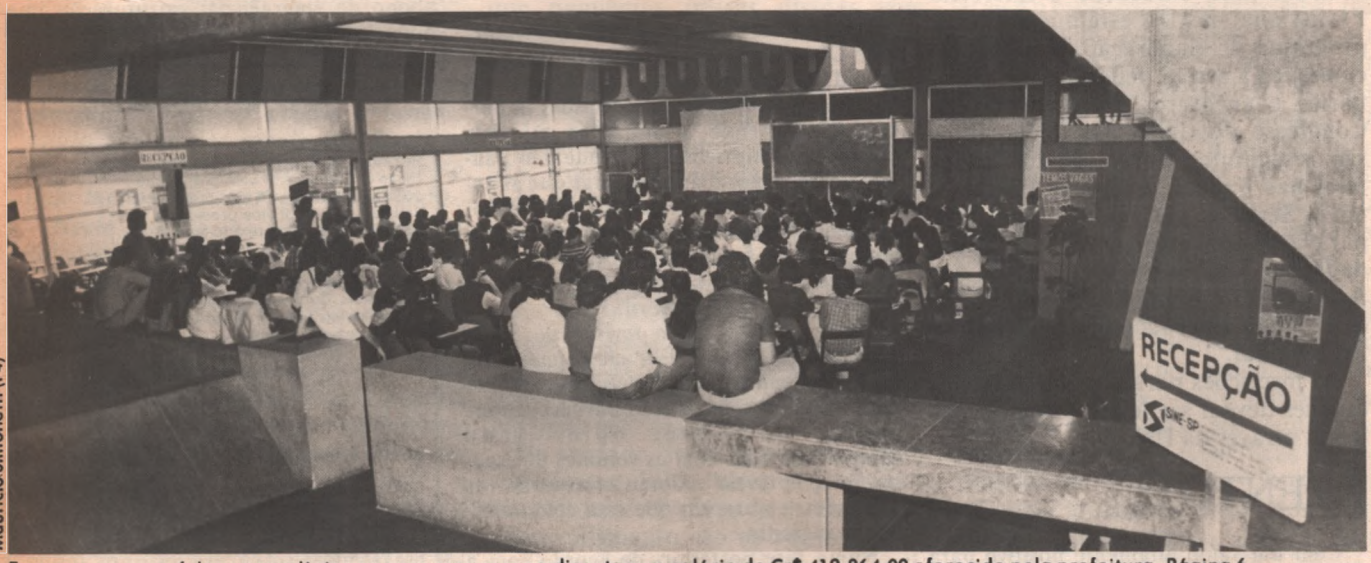
jornal do IAB/SP
ano 4 — nº 21
agosto de 1984



Mauricio Simonetti (F4)

Vilanova Artigas está de volta à FAU, a escola que ajudou a fundar e da qual foi expulso por um sistema que desmantelou a Universidade. Uma banca examinadora homenageou, nele, todas as vítimas do arbítrio. Página 6

Mão-de-obra a preço vil



Mauricio Simonetti (F4)

Em um curso precário, os arquitetos se prepararam para disputar um salário de Cr$ 412.864,00 oferecido pela prefeitura. Página 6

Rodrigo Lefèvre, arquiteto, professor e militante político que marcou sua geração, é lembrado pelos amigos que aprenderam a admirá-lo pela obra que deixou e pela solidariedade que praticou. Páginas 4 e 5

Um sorteio de passagens para o Cairo

O IAB/SP está fechando contrato com empresa organizadora de viagens através do qual serão colocadas à disposição do Instituto inúmeras passagens e estadas para serem sorteadas entre seus sócios que queiram participar do Congresso da UIA, no Egito, em janeiro de 85.

Estarão habilitados ao sorteio somente aqueles que estiverem em dia com as mensalidades até o final de setembro. Os interessados não devem deixar para a última hora a atualização do endereço e da mensalidade.

IAB/DN

"As Missões Presentes e Futuras do Arquiteto" é o tema do XV Congresso Mundial da UIA, de 19 a 24 de janeiro de 85 no Cairo, Egito. O evento terá sessões plenárias para discussões sobre "A Nova Configuração da Demanda de Construção", "Os Vários Fatores do Processo de Construção" e "O desafio da Profissão de Arquiteto".

Ocorrerão também seminários especializados para discussão de problemas regionais e setoriais, exposições e mesas redondas para discussão e apresentação de casos concretos, realizações ou experiências desenvolvidas por arquitetos ou expositores.

O Grupo de Desenvolvimento Profissional para Educação e Exercício Profissional da UIA está iniciando um programa de elaboração de cinco documentos a serem debatidos em seminários e encontros preparatórios ao Congresso do Cairo. Os documentos são os seguintes: Formação dos Arquitetos nas Nações; Exercício Profissional e Serviços nas Nações; Encontro para Organização do Quadro de Atividades no Triênio 85/87; O Papel dos Arquitetos no Campo da Saúde Pública, Código Internacional de Conduta Profissional.

As inscrições para participar destes debates devem ser feitas desde já, por tema, através da DN.

EVENTO

Com um saldo altamente positivo para arquitetos, designers e fabricantes de cadeiras, encerrou-se no último dia 29 de julho a primeira exposição brasileira sobre assentos de trabalho, promovida pelo IAB/SP. Envolvendo temática polêmica, inédita e de grande interesse para esse mercado, o evento incluiu dois painéis de debates e palestras, além de uma exposição retrospectiva sobre a evolução dos assentos desde o final do século passado. A cadeira de Mário de Andrade esteve em exposição.

As implicações físicas dos atuais assentos, a importação de tecnologia, questões de ergonomia, o papel do designer e o conceito de arte nos assentos, e aspectos econômicos foram os temas dos debates e trocas de idéias entre os profissionais presentes.

Com duração de cinco dias, o evento contou com a presença dos principais designers do setor, estudantes, entidades oficiais e, expondo seus últimos lançamentos, as empresas Escriba, Giroflex, Herman Miller, Oca e Probjeto.

Assentos de Trabalho abriu o Ciclo de Exposições que o IAB/SP, em conjunto com a Arquiprom, organizou para este ano, e marcou definitivamente a volta do antigo ponto de encontro dos arquitetos paulistas: a sede do IAB/SP.

IAB/DF

O IAB/DF está colaborando com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília na organização do I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil", marcado para os dias 3, 4 e 5 de setembro próximo e que contará com a participação de arquitetos de todo o País. Maiores informações e inscrições na sede do IAB/SP.

SANEGRAN

O secretário de Obras e Meio Ambiente, João Oswaldo Leiva, esclareceu que a comunidade será consultada, no nível técnico e político, nas fases de decisões importantes envolvendo a utilização múltipla dos recursos hídricos da Grande São Paulo. Foi em resposta às perguntas que as entidades paulistas ligadas ao meio-ambiente formularam, primeiro em debate público na Assembléia Legislativa, a 15 de fevereiro; depois, em audiência com o próprio Leiva, a 18 de abril.

Leiva informa que a revisão do Sanegran está em curso. "Em sua primeira fase, procedemos a uma revisão do cronograma de obras da estação Barueri e interceptor do Tietê, objetivando compatibilizá-las com os volumes de esgotos interceptáveis". Como se recorda, as entidades lembraram que esta compatibilidade inexistia.

Numa fase posterior, de acordo com a resposta, será feita a revisão das obras de interceptação e seus critérios, das estações de tratamento e da destinação final de seus efluentes. A revisão partirá do princípio de que o primeiro módulo da estação Barueri e seu respectivo interceptor são irreversíveis, em razão dos contratos nacionais e internacionais já assinados e porque a Sabesp já despendeu praticamente 70% de seus custos. O item 6 da resposta de Leiva é o que fala em consulta popular. Sua íntegra:

"Considerando a complexidade do Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana e a obrigação indelegável do governo de manter sob seu controle e gerenciamento a execução de estudos, foi decidido que o processo de revisão, iniciado imediatamente, seja conduzido e gerenciado pela Sabesp, podendo a mesma sobcontratar serviços de consultoria para apressar os trabalhos.

"Esclarecemos ainda que, nas fases de decisões importantes envolvendo repercussões na utilização múltipla dos recursos hídricos da região, a comunidade será consultada no nível técnico e político."

GREVE BRANCA

A situação dos arquitetos e engenheiros do Estado permanece indefinida, embora estes profissionais estejam em greve branca desde o dia 22 de junho passado e seu movimento, com o apoio do IAB/SP, tenha sido deflagrado em fevereiro, quando se iniciaram negociações com o governo, que se propõe a começar o estudo da estruturação das duas carreiras a partir de janeiro de 85 apenas.

Os arquitetos e engenheiros, que querem equiparação salarial a médicos e procuradores do Estado. Além disso, fazem três reivindicações básicas, com o apoio do IAB/SP: definição clara de qual a função da administração centralizada; abono de emergência; estruturação imediata de suas carreiras.

EXPEDIENTE

Conselho Diretor
Renato L. M. Nunes — presidente
Celso C. Franco — 1º vice-presidente
Joaquim Barreto — 2º vice-presidente
Fátima Araújo — 3ª vice-presidente
Célio Pimenta — secretário geral
Edith G. de Oliveira — 1ª secretária
Elisabete França — 2ª secretária
Maria L. Carvalho — 1ª tesoureira
Pedro A. G. Cury — 2º tesoureiro
Maria Cristina Lage — diretora
Silvio Sawaya — diretor
Eduardo Nardelli — diretor
Vera Santana Luz — diretora
Hércules Merigo — diretor
Douglas Calder — diretor
Conselho Fiscal
Luiz Bloch
Newton Massafumi
Calim Jabur
Conselho Superior
Paulo Bastos
Antonio Panizza
José de Almeida Pinto
Rita Vaz Artigas
Eideval Bolanho
Helena Ayoub Silva
Suplentes
Geraldo Vespaziano Puntoni
Fábio Goldman
José Magalhães Júnior
Laura Guidugli
Vitalícios
Fábio Penteado
Ícaro de Castro Mello
Miguel Alves Pereira
Eduardo Kneese de Melo

jornal do IAB SP

Ano 4 nº 21, agosto de 1984.

Circulação: mensal. Tiragem: 3 mil exemplares
Conselho Editorial
Renato Nunes, Fátima Araújo, Elizabete França, Silvio Sawaya, Eduardo Nardelli.
Redação: Bento Freitas, 306 — SP. CEP 01220 Fone: 259-6866
Jornalista responsável: Antônio Ubalidno (MTb 8656)

Composto e impresso na Gazeta Mercantil S.A. Gráfica e Comunicações.

CARTAS

"Combatendo qualquer visão mistificada a respeito da situação"

Com o processo de monopolização crescente da economia brasileira aliado à profunda crise que estamos atravessando, o mercado de trabalho para os profissionais que se aventuram na tentativa de sobreviver como autônomos está cada vez mais limitado e competitivo. Verifica-se, atualmente, que a maior parte dos escritórios de arquitetura, particularmente aqueles constituídos por arquitetos recém-formados, atravessa dificuldades imensas para conseguir trabalho que garanta as condições mínimas de sobrevivência a esses profissionais.

Muitos desses escritórios estão em vias de fechar, enquanto outros são obrigados a cobrar preços irrisórios, muito abaixo das tabelas do Sindicato, IAB ou CREA, para terem acesso pelo menos às rebarbas do mercado.

Neste quadro, as possibilidades de colocação profissional para os novos arquitetos dependem cada vez menos da competência individual, configurando-se um mercado de trabalho altamente elitista e fechado, onde só têm lugar ao sol os privilegiados que, ao nível das relações familiares e/ou influências políticas, possuam algum cacife.

Dessa forma, apontarmos alguns exemplos de escritórios que conseguem manter um volume razoável de trabalho não reflete a nossa realidade profissional. Ao contrário, mistifica essa realidade, dando a impressão de que existe uma oferta de trabalhos disponíveis e que há possibilidade destes serem distribuídos de acordo com as regras do mercado.

Como modificar esse quadro? Em primeiro lugar, combatendo qualquer visão mistificada a respeito de nossa situação profissional para que, a partir do reconhecimento da nossa realidade concreta enquanto categoria, possamos nos organizar no sentido de encontrar soluções coletivas para nossos problemas.

André Takiya e Sandra M. Ortegosa

N.R.: Embora não tenham feito nenhuma referência no texto da carta, Takiya e Ortegosa a escreveram motivados pela reportagem que publicamos no número anterior, com os sócios da Piratininga Arquitetos Associados.

EDITORIAL

Mobilização necessária para traçar o futuro

A sociedade brasileira atingiu o limite da resistência ao desespero. Além de sofrer os efeitos devastadores do período autoritário que impôs, unilateralmente, a política econômica e social para o País, vê agora, conforme depoimentos no recente congresso da SBPC, o aumento alarmante das estatísticas de suicídios motivados pela falta de emprego. Passa também pela humilhação de ter sido impunemente agredida pelos credores, ao proporem que paguemos nossas dívidas com parcelas do território ou novas entregas de recursos naturais.

O novo quadro político capaz de devolver aos brasileiros a direção de seu próprio destino ainda está em definição. Com a derrota das Diretas pelo lado da Nação, e com os homens do governo sem achar a saída que garanta a continuidade de sua hegemonia, assistimos às incríveis articulações, alianças e dissidências, que uns dizem serem necessárias ao momento de transição pacífica, e outros, um comprometimento do vigor até agora conquistado pela oposição.

Na verdade, trata-se de um complicado jogo político, no qual o risco de um retrocesso ao lado da retomada do desenvolvimento são os pontos vitais, preliminares para qualquer entendimento. Em cima deles se constrói o consenso e devem ser lembrados para que se compreenda o significado das articulações.

Entretanto, os debates da sucessão, circunscritos apenas entre governo e partidos políticos, tiveram um ingrediente novo com as manifestações populares que pressionaram o Congresso para a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Esse fato demonstrou a necessidade de se ouvir a opinião pública como condição de se pretender algum respaldo à decisão que vier a ser tomada.

Atentos a isso, os representantes da OAB, SBPC, IAB, AMB, ANDES, Conselho Federal de Economia, União Brasileira dos Escritores, Conselho Federal de Psicologia e Associação dos Sociólogos do Brasil, entidades nacionais que congregam várias categorias de pensamento, reuniram-se sucessivas vezes para definir pontos comuns de exigências fundamentais para a reordenação constitucional da Nação.

Ficou imediatamente claro para todos o fato de ser inadiável a definição de um interlocutor da sociedade para a defesa das questões da ciência, da técnica e da cultura, e que este papel pode ser desempenhado através da união das entidades em torno de princípios amplos e inegociáveis. Tão largo é o espectro dessa movimentação que pretende, para cercar a crise brasileira em todas as suas origens, contatar as entidades congêneres da América Latina, igualmente vítimas das pressões do sistema financeiro internacional e dos regimes autoritários, para constituir movimento de solidariedade que se oponha às negociações que acentuem ainda mais a fome e o desemprego em todo o Continente.

O texto básico desse manifesto de princípios já está preparado e será distribuído às direções nacionais, para aprovação. Ali se propõe também que as entidades definam em reuniões setoriais as diretrizes específicas que defenderão na Assembléia Constituinte pela qual pretendem lutar. Nós, os arquitetos, temos muito a dizer sobre problemas como Reforma Urbana e Habitação.

Com o objetivo de firmar os pontos que queremos ver incluídos na esperada reestruturação nacional, o IAB/SP levará à reunião do Conselho Superior do IAB, neste mês, em Brasília, a proposta para que se amplie o debate destas questões entre os arquitetos, como tema prioritário dos nossos esforços até a posse do novo governo.

Para tanto, é necessária a ampla participação de toda a categoria na sua formulação, para que englobe soluções de fato efetivas para os problemas da sociedade.

No ocaso de um regime que ignora a contribuição do cérebro brasileiro e prefere o desenvolvimento de seu próprio povo, a iniciativa das entidades nacionais e o objetivo de sua movimentação tem o significado de traçar o futuro. E este só será legítimo se contar com a participação de todos.

O militante político e o arqui

Os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo deverão realizar, este mês, um ato em memória do arquiteto Rodrigo Lefèvre, que morreu em junho último na Guiné-Bissau, onde trabalhava num projeto pioneiro. Ele morreu quando o carro que dirigia bateu na traseira de um caminhão estacionado.

Lefèvre, também professor da FAU, na cadeira de Introdução a Projetos de Edificações, não foi apenas um profissional brilhante, mas um militante político.

— Rodrigo Lefèvre era uma pessoa afetuosa — relembra com carinho o professor Félix Alves de Araújo, do Departamento de Projetos da FAU. — Um ser humano que foi presença marcante na formação da minha geração e da seguinte.

Araújo conta que o conheceu antes de Lefèvre ter sido preso pelos órgãos de segurança, em 1970, quando colaborava na cadeira de Introdução a Projetos de Edificações, chefiada por Siegber Zanettine. São desta época alguns projetos significativos de Lefèvre, como os das residências Peri de Campos, Frederico Brotero e Tomás Farkas. Ele cita, como uma das facetas mais marcantes de Lefèvre como profissional, a possibilidade que ele estimulava, no sentido de que fosse estabelecida uma "relação de pensamento no ateliê", sugerindo o ato criador não só como fenômeno lúdico, mas como parte integrante do processo de tomada de consciência da realidade, pelo arquiteto.

Mayumi Souza Lima foi muito ligada a Lefèvre. Diz que gostaria que todos se lembrassem dele por seu lado profundamente sensível. A obra dele, segundo ela, todos conhecem. Seus discípulos continuam em atividade. E conta dois episódios que, acredita, podem definir perfeitamente como era Lefèvre, um homem fechado, um pouco tímido e muito exigente consigo mesmo.

— Eu e o Sérgio, meu marido, assim como o Sérgio Ferro e o Rodrigo, tivemos experiências pessoais que chegaram ao limite entre a vida e a morte. Passamos pela experiência da tortura dos órgãos de repressão e, nos momentos de sofrimento, se conhece a pessoa a fundo. Houve um instante em que eu e Rodrigo ficamos juntos, numa situação muito dura. Naquele momento terrível, ele se virou para mim e disse: "Você é minha irmã." A partilha do sofrimento nos uniu muito, criando um afeto fraterno. A gente se separou ao longo do trabalho. Mas a solidariedade de Rodrigo voltaria, num momento em que eu e Sérgio perdemos um filho, em circunstâncias muito duras. Disse: "Minha irmã, eu sofri com você. Foi como naquele momento em que estivemos juntos."

— Rodrigo era uma pessoa extraordinária, excelente profissional e figura humana interessante — diz Nelson Andrade, chefe do Departamento de Arquitetura da Hidroservice, onde Lefèvre trabalhou desde 1971, com exceção do breve período de um ano em que foi lecionar na Universidade de Grenoble, junto com Sérgio Ferro.

— Ele era um militante político que não esteve ligado a partidos políticos. Acreditava na necessidade de reformulação da sociedade e isso, obviamente, não viu realizado — lembra.

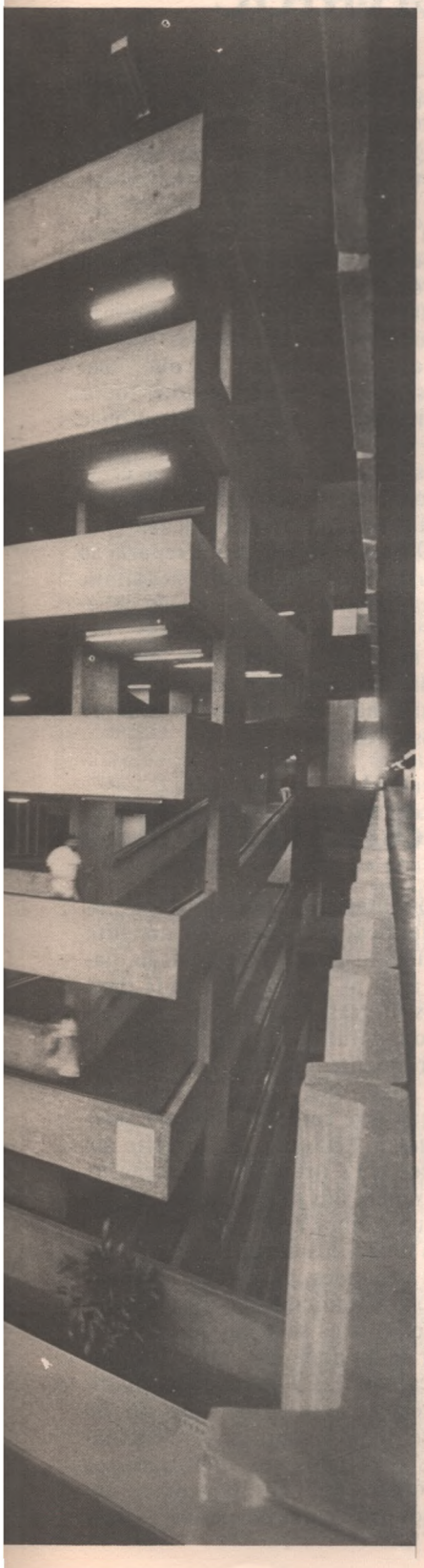
A marca de Lefèvre está, entre outras obras, na séde do DNER, em Brasília; no prédio dos ambulatórios do Hospital das Clínicas em São Paulo, na cozinha industrial da Cosipa. Em agosto do ano passado, ele foi para a Guiné-Bissau, para trabalhar a nível da realidade de um país pobre, sem recursos humanos e com tecnologia obsoleta.

João Batista Vilanova Artigas, que dedicou sua aula no concurso (ver matéria na página 6) à memória de Rodrigo Lefèvre, fala sobre ele:

— Ele foi criado por uma parente minha e eu o considerava como uma espécie de sobrinho. Minhas relações com ele eram as comuns de um arquiteto que respeita o outro pela obra. Basta ver seu trabalho no Hospital das Clínicas, que vi elogiado por muitos médicos, que até procuravam saber quem era o arquiteto. Ele conhecia muito a tecnologia hospitalar e não por outra razão foi mandado para a Guiné-Bissau. E isto que digo não é um elogio abstrato, mas de quem respeita sua obra de arquiteto, professor e democrata.

Maurício Simonetti (F4)

eto, segundo seus amigos



Ampliar o atendimento, a inspiração para esta obra

Uma das evidências da grandiosidade do Prédio dos Ambulatórios do HC, projetado por Rodrigo Lefèvre, é que demorou 16 anos para ser concretizada. A idéia de ampliar certos serviços do Instituto Central, transformando sua sistemática de funcionamento, de forma a retirar do edifício a circulação de pacientes externos como manda a moderna assistência hospitalar, nasceu no papel do Plano-Diretor do HC em 1968. A execução foi difícil e trabalhosa, como reconhece a própria direção do HC, afirmando que o Prédio dos Ambulatórios "significa a concretização de árduas etapas de trabalho".

Projetado em 1972, teve a parte de estrutura iniciada em janeiro de 1974 e a de acabamento em 1977, ocupando uma área de 115.155 metros quadrados. A obra, ainda segundo o HC, foi inspirada na filosofia de ampliar substancialmente áreas de apoio (Laboratório, Farmácia, Banco de Sangue e Centro Cirúrgico) e de atendimento externo (ambulatórios ou consultórios), bem como dotar o complexo hospitalar de um centro de atividades culturais equipado com recursos audiovisuais.

O Prédio dos Ambulatórios começou a operar efetivamente em abril de 1980, com a mudança gradativa dos ambulatórios, e posteriormente das chamadas áreas de apoio. Em números gerais: são sete pisos intermediários, piso de serviço e 11 pisos de uso, incluindo-se o moderno Centro Cirúrgico, no 10º, composto por 33 salas de cirurgia totalmente equipadas.

A preços de 1984, o custo da obra foi de Cr$ 4 bilhões, calculando-se que só em equipamentos — desde focos até mesas cirúrgicas e instrumental — foram gastos Cr$ 1 bilhão. Duas das 33 salas do Centro Cirúrgico são equipadas com aparelhos de raios-X, e oito delas têm câmaras de televisão para transmissões de cirurgias.

"Quando o prédio começou a funcionar, em 1980, pensamos que seria difícil preenchê-lo inteiramente" — admite Daisy Figueiredo, do Departamento de Engenharia do HC, onde trabalha ao lado dos arquitetos Marco Polo Maraucci, Vera Regina Ramos de Castilho Badke, e vários engenheiros da instituição.

O fato é que o Prédio dos Ambulatórios está hoje todo ocupado, e já opera a capacidade plena, atendendo a cerca de três mil consultas por dia. O Centro Cirúrgico, a última unidade que faltava começar a funcionar, foi inaugurado dia 17 de julho último.

Arquitetonicamente concebido para abrigar os maiores avanços da tecnologia, a obra de Rodrigo Lefèvre dispõe, além do circuito interno de TV mencionado, a Central de Supervisão que controla por computador o sistema elétrico, de ar condicionado, hidráulico, elevadores, etc. O "piso mecânico" permite que a manutenção do Prédio seja feita sem interferências indesejáveis nas áreas de atendimento.

Anexo ao Prédio dos Ambulatórios, o Centro de Atividades Culturais (gabinetes, sala-de-estar, grande auditório para 550 lugares, bar, etc.) é uma unidade até então inexistente no Centro Médico, estendendo seus serviços à toda comunidade.

O descongestionamento do fluxo hospitalar interno, um dos objetivos da obra com vistas a evitar os riscos de contaminação, foi atingido segundo os arquitetos do Departamento de Engenharia do HC. Ou seja: os pacientes internados no complexo estão livres de contato com pessoas que lá trabalham ou simplesmente procuram exames de diagnósticos.

O Departamento de Engenharia do HC cuida do planejamento de cada unidade operacional, conservando-as ou reformulando a disposição físicas das plantas, de acordo com levantamento da demanda clínica.

O projeto de Vilanova Artigas, de volta à FAU: a liberdade

João Batista Vilanova Artigas fixa-se ao local de onde nunca poderia ter saído. Foram emocionantes os instantes da cerimônia em que o Mestre dos Arquitetos foi reconduzido ao cargo de professor titular da cadeira de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo, após ter discorrido sobre "A Função Social do Arquiteto" para uma banca de examinadores e uma delirante platéia de 300 pessoas.

Expulso da Universidade sob o terror do AI-5, Artigas retornou a ela em 1980, como professor assistente, com o salário de Cr$ 109.545 por 40 horas semanais de trabalho. Agora, como titular, poderá receber Cr$ 1,398 milhão por período integral, se a direção da FAU resolver que os alunos merecem mais de seu talento.

— Eu ainda não sei o que farão comigo, mas não passei no concurso para fazer modificações no meu processo de atuação. Pretendo continuar com a liberdade que costumo assumir como professor. As estruturas de poder dentro da FAU decidirão que atitude terei daqui para a frente. Só espero que possa manter a mesma. Minha volta foi classificada pela própria imprensa como um fato cultural, que independe da minha atividade. Pretender agir diferente daquilo que o diretor da Escola determinar seria uma grosseria, uma estupidez que não quero cometer.

Artigas, um dos fundadores da FAU, em 1948, ajudou na formação de centenas de profissionais, até 1969, quando foi atingido pelo AI-5. E, aos 69 anos, reassumiu a cátedra como criador diante da criatura, em clima de arrebatamento. Só faltou um pedido de desculpas da banca por tê-lo examinado. Esta foi constituída pelos professores Eduardo Kneese de Melo, Flávio Mota, Milton Vargas, Carlos Guilherme Mota e José Arthur Gianotti.

— Mais interessante, em vez de avaliar a obra de Artigas seria o contrário — comentou Carlos Guilherme Mota, incisivo, como José Arthur Gianotti:

— Quando me comunicaram que eu participaria da banca, minha intenção foi simplesmente dizer que achava o concurso um absurdo e um sintoma de esclerose e burocracia da Universidade.

O exame, sem sentido em si mesmo, como observou Flávio Mota, acabou sendo a oportunidade para que, com Artigas, fossem homenageados todos os intelectuais cuja falta nesses quinze anos é sentida por toda a Universidade brasileira, hoje em estado de cruel abandono, como está evidenciado pela greve das entidades autárquicas.

— O importante é que a reparação da injustiça, no meu caso, encaminhe os entendimentos para a solução da situação de dois outros professores, expulsos na mesma época. Eles também lecionam na Faculdade como assistentes, ganhando um salário baixíssimo — disse Artigas.

O que a cidade paga aos arquitetos

Todas as entidades de arquitetos e engenheiros já solicitaram audiência ao prefeito Mário Covas, para transmitir-lhe a dramática situação dos profissionais, obrigados a inscreverem-se no concurso aberto pela Prefeitura por salários abaixo no mínimo profissional. No caso dos arquitetos, onde são oferecidas 60 vagas, o salário mensal, por seis horas diárias de trabalho, é de Cr$ 245.169,00 antes do aumento de 68,4% do INPC, a partir de julho.

Do concurso de 5 de agosto — há uma previsão de que os resultados serão anunciados em dezembro — não se sabia nem mesmo o número de inscritos. O Sindicato dos Arquitetos informou que eram 12 mil os inscritos, entre engenheiros e arquitetos. Na Prefeitura, a informação da assessora de imprensa da Secretaria Municipal da Administração, Tata Gago Coutinho, rebaixou esses números mas não lhes tirou a dramaticidade. De acordo com ela, havia 2.589 arquitetos inscritos para 60 vagas, 391 engenheiros agrônomos para 10 vagas e 4.443 engenheiros civis para 464 vagas.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Arquitetos, Carlos Eloi, a oferta de mão-de-obra especializada é a principal causa do rebaixamento salarial. "A Prefeitura está pagando salário irrisório, abaixo do mínimo profissional dos arquitetos, que é de Cr$ 825.996,00 por oito horas diárias", informa. Ainda assim, realisticamente, o Sindicato criou um curso preparatório ao concurso da Prefeitura, com 450 inscritos, examinando principalmente assuntos técnicos e administrativos.

O presidente do Sindicato dos Arquitetos considera um desvio a existência de 300 profissionais contratados pela Prefeitura a título precário e que serão efetivados à medida em que forem surgindo vagas. De acordo com ele, muitos arquitetos são registrados como orientadores, arquivistas e outras qualificações. Mas Eloi acredita que a melhor saída é a negociação, para que a lei nº 5.194 seja válida para todos os contratados, inclusive os regidos pelo Estatuto do Funcionalismo.

O presidente do IAB/SP, Renato Nunes, disse que diante de um concurso que teve como prêmio um salário ilegal e aviltante, a despeito de compreender a dramática situação de sobrevivência dos profissionais, o IAB julga que melhor resultado seria obtido pela união dos arquitetos em torno de suas entidades, para negar, no conjunto, o aval à iniciativa da Prefeitura.

— Conquistas salariais são obtidas a partir de unidade que, antes de mais nada, caracteriza a consciência política em relação às lutas da categoria. Só assim se poderia ampliar a participação dos arquitetos nos compromissos que os órgãos públicos têm como a solução dos problemas da cidade — afirmou.

IAB propõe o desdobramento da proposta feita pela Prefeitura

Na reabertura de seus trabalhos, a Câmara Municipal de São Paulo deverá retomar o exame de algumas questões ligadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, conforme prevista na proposta de lei nº 87/84. Esta proposta, de iniciativa da Prefeitura, foi enviada aos vereadores no momento em que tramitava entre eles o projeto de lei nº 33/84, encaminhado em fevereiro pelo vereador Marcos Mendonça.

No IAB/SP, a proposta nº 87/84 foi debatida no forum "Uma Cidade Sem Memória... Qual o Seu Futuro?", realizado dia 13 de junho último, por iniciativa do grupo de trabalho permanente do Instituto para discussão sistemática da questão da cultura e da preservação do patrimônio cultural da cidade.

Maurício Simonetti (F4)

Regina Meyer, Sonia Rabello, Antonio Luís de Andrade, Sílvio Sawaya, Flávio Villaça, Aziz Ab'Saber, José Magalhães Jr.. Na mesa Preservação e Planejamento.

Seis dias depois, o IAB/SP encaminhou carta ao presidente da Câmara, vereador Altino Lima, propondo que a iniciativa da Prefeitura fosse transformada em duas proposições distintas: a) lei de "indenização" (compensação por perdas diretas e indiretas) através de "transferência do potencial construtivo", que cria condições para o poder público interferir na conformação do plano sem maiores dispêndios de recursos financeiros; b) lei municipal de preservação de bens culturais que, entre outras medidas, cria e implementa a figura do tombamento municipal. A carta diz, ainda:

"Acrescentamos ainda que o IAB/SP dará prosseguimento aos debates da forma mais ampla possível, para corresponder com subsídios e sugestões capazes de permitir à Câmara Municipal de São Paulo a edição de lei abrangente e certamente inovadora na questão da defesa dos interesses culturais da cidade".

A partir dos debates do dia 13 de junho, a diretoria do IAB formulou aos vereadores uma série de indagações, que espera ver respondidas durante o reexame do problema da preservação. As indagações são as seguintes:

1. A preservação, neste projeto de lei, não estará sendo utilizada como argumento para introduzir a figura da "indenização" (compensação) pelo poder público ao proprietário, através da "transferência do potencial construtivo"?

2. Nesse sentido, não será o dispositivo proposto antes um instrumento de planejamento do que de preservação como se pretende?

3. Sendo um instrumento de planejamento, a produção de valor econômico do espaço urbano está em pauta. Considerando-se ainda que o ideário de "modernização", de "progresso" e de "desenvolvimento" justificaram a destruição de inumeráveis bens culturais até o presente, pergunta-se: como se garantirá a **preservação do patrimônio** que sempre cumpriu no Brasil o papel de resistente à desfiguração cultural? O dispositivo proposto não aborda este aspecto.

4. Dessa forma, a **Política de Preservação** subordinando-se à **Política de Planejamento** não correrá o risco de desvirtuar-se, levantada a possibilidade de que a "transferência de potencial construtivo" se transforme em uma nova forma de especulação imobiliária?

5. Face a esse quadro pergunta-se ainda sobre quem decide a aplicação dessa lei, uma vez que a Secretaria de Planejamento acumula as funções de promoção, fiscalização e execução?

6. Ainda, levantar-se-ia que, apesar de uma experiência quase cinquentenária do instrumento de tombamento, através do qual se privilegia o interesse social sobre o privado, esta lei não estaria invertendo o grau de prioridade? Não seria ela um passo atrás?

AS CRÍTICAS

As principais críticas formuladas às posturas legais sobre a preservação são as de que, uma vez despido do valor comercial, imóvel deixa de interessar ao proprietário que deverá, ele ou seus herdeiros, arcar com a manutenção e a conservação. Aí, para ele, seria mais cômodo abandonar ou doar o imóvel; uma vez preservados os imóveis, a Prefeitura não disporá de recursos para sua manutenção; a competência das Secretarias Municipais para fiscalizar os imóveis ou aprovar as reformas previstas na lei não está explicitada; a participação dos habitantes da cidade na decisão do que preservar não está definida nem existe, na estrutura da Prefeitura, um canal para esta participação.

O IAB/SP propõe, para corrigir estas deficiências, a criação de um fundo de preservação com previsão de recursos para conservação; a criação de uma legislação específica para preservação, não só de imóveis, mas do patrimônio cultura da cidade; a definição das competências das Secretarias — Sehab, SJ, Sempla e SMC — para que a população possa ter canais adequados para influir na decisão do que e como preservar. **(Leia, na página seguinte, a opinião da advogada Sonia Rabello.)**

Transferência de índices, o risco da "experiência"

Está em debate, em muitas capitais, a polêmica questão da "transferência de índices urbanísticos" de propriedades urbanas. Há mais de dez anos, esta questão foi levantada por alguns estudiosos da matéria. Hoje, alguns municípios da capital de Estados, no sul do Brasil, tendem a incorporar este instrumento às suas legislações de Planejamento Urbano. O Projeto de lei federal, elaborado pelo CNDU — Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, encaminhado ao Congresso Nacional também prevê a hipótese da transferência de índices urbanísticos de propriedades urbanas.

Não obstante estes fatos, a questão, conforme está sendo proposta, continua bastante duvidosa e ocasionando acalorados debates. Alguns defensores da idéia da transferência do direito de construir são de opinião que, apesar das dúvidas suscitadas quanto a pertinência e eficácia do instrumento, este deve ser implementado, ainda que experimentalmente, ainda porque se trata de uma inovação para o planejamento urbano.

Maurício Simonetti (F4)

Marcos Carrilho, Flávio Villaça, Eurico Azevedo, Marcos Mendonça, Arnaldo Madeira, Rui Gama, Ulpiano de Menezes, Carlos Lemos, José Roberto Affonseca e Sonia Rabello, na mesa Instrumentos de Preservação, do fórum "Uma Cidade Sem Memória... Qual o seu Futuro?"

Trata-se, contudo de argumentação perigosa já que a transferência de índices construtivos traz consigo, intrinsicamente, uma mudança de concepção do direito de propriedade e do direito de construir dela decorrente. Esta mudança, basicamente, consubstanciaria aceitação da idéia da separação do direito de construir do direito de propriedade e, decorrentemente, a aceitação de que aquele, quando não exercido, se constituiria um direito autônomo, possível de ser negociado. Só este fato justificaria que sobre a questão não se fizesse "experiências" que, eventualmente, colocassem em risco a concepção mais ampla de função social da propriedade, arduamente conquistada pela legislação e consolidada nos Tribunais brasileiros.

A transferência de índices construtivos da forma que está sendo proposta, repito, permite a proprietários de lotes, que tenham sofrido limitações supervenientes por parte do Poder Público, vender os "créditos" construtivos que não foram exercidos nas suas propriedades.

Ora, esta colocação pressupõe alguns pontos básicos, sem os quais ela não teria sentido:

1. Que os índices construtivos permitidos por norma legal, ainda que não exercidos, passariam a incorporar o patrimônio do sujeito; isto é, de direito que o indivíduo poderia exercer (direitos subjetivos) passariam a ser direitos incorporados ao patrimônio do sujeito (direitos adquiridos)! Isto porque, só se pode alinear aquilo que é bem ou direito incorporado ao patrimônio do indivíduo.

2. Alterar-se-ia também o princípio de que o direito de construir decorre do direito do solo, baseado, sobretudo na idéia de utilidade, de uso social do espaço urbano. Ao admitir-se a desvinculação do direito de construir do direito de propriedade, se estaria consagrando a idéia essencialmente de **mercado** do solo urbano, artificialmente distorcido pela indiscriminada altura das construções verticais.

Estes dois aspectos modificam, substancialmente a concepção mais larga do princípio constitucional de função social da propriedade.

Os índices construtivos são, no direito brasileiro, faculdades gratuitas que o poder público permite ao proprietário do solo. Para tanto, o titular de domínio nada investiu pois, por uma simples "penada" na lei, um lote pode automaticamente subir de valor mediante aumento de seu índice construtivo. É o proprietário que aufere os lucros na venda deste adicional solo vertical criado sobre sua propriedade. É a comunidade, no entanto, que paga os custos da infra-estrutura urbana necessária à viabilização deste acréscimo da densidade ocupacional.

Ora, o que se pretende, com a forma proposta de transferir os índices construtivos é compensar o proprietário de um "crédito" que foi gerado a partir de uma liberalidade do poder público, e por cujos custos pagaria toda a comunidade. A limitação à propriedade, com a diminuição dos índices construtivos, seja quais forem os motivos que tenham levado à diminuição de índices, decorre simplesmente do fato do poder público decidir alterar uma faculdade que, liberalmente, permitiu que fosse exercida enquanto a regra estivesse em vigor.

Não pode, nem deve esta faculdade gerar direito adquirido para o proprietário, pois isto seria inverter o princípio de prevalência do interesse e ordem pública sobre os interesses privados. Sem dúvida um retrocesso no nosso direito social.

Trata-se, sem dúvida, de um novo instrumento. É justamente por isso que todos os cuidados devem ser tomados ao propor sua aplicação. Nossa recente experiência na área da política econômica nos mostra o quanto estes "novos e importados" instrumentos podem se desastrosos em termos de benefícios sociais.

SONIA RABELLO, professora de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é advogada-chefe do SPHAN Pró Memória. Esta é a primeira parte de seu artigo sobre o tema.

jornal do IAB
ano 4 — nº 20
junho de 1984

IAB propõe novos critérios para fazer parte do juri da Sempla

Última página

Recém-formados conquistam seu espaço, o IAB

Para decidir como atuarão, em defesa de um plano de esgotos para a Grande São Paulo, as 22 entidades técnicas e ambientalistas que se reuniram na Assembléia Legislativa, dia 15 de fevereiro último, analisarão as respostas que o secretário de Obras e Meio Ambiente, João Oswaldo Leiva, lhes prometeu a respeito da revisão do Sanegran e da política de saneamento básico do governo estadual.

página 7

Ainda faltam esclarecimentos sobre Sanegran

Os mais de cem TGI expostos de 15 a 31 de maio último, na sede do IAB, foram mais que uma mostra de exemplos de procura de uma diversificação da linguagem, processos e metodologia na abordagem de temas muito atuais, como a revitalização urbana e a informática. Serviram para que os arquitetos recém-formados trocassem experiências com profissionais mais tarimbados, através de um ciclo de debates em que o contato entre ouvintes e debatedores foi muito frutífero. E permitiram que os recém formados ocupassem seu espaço próprio, o IAB.

página 6

Mauricio Simonetti (F/4)

Os Arquitetos Associados

Trabalho coletivo, gerido coletivamente

A Piratininga Arquitetos Associados Sociedade Civil, com sua descentralização gerencial e operativa, é um modelo de empresa moderna. Os projetos em andamento garante um período razoável de atividade e o faturamento já cobre os custos fixos. Os arquitetos José Armênio de Brito, Renata Semin, Lúcia Noemi, João Paulo Tavares, Sérgio Kpiness — mais o artista plástico Paulo Von Poser — encontrou-se na FAU, onde nasceu também sua concepção de organização. "O grupo acabou no 3º ano, mas já estávamos preparados para trabalhar em grupo", explica José Armênio de Brito, 22 anos, porta-voz dos Arquitetos Associados.

páginas 4 e 5

INFORMES

IAB/DN

Pauta da próxima reunião do Conselho Superior (COSU) do IAB, em agosto, em Brasília:

A. Formação profissional

— currículo mínimo
— ABEA — Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura

B. Tese brasileira ao Congresso da UIA
— Discussão e aprovação
— Delegação

C. Congresso Brasileiro de Arquitetos
— Caráter do Congresso
Conteúdo, propostas
— Local e data

D. Legislação profissional
— Discussão da Lei 5.194/66
— A posição dos arquitetos brasileiros

E. Programação dos Departamentos e da DN

As reuniões do COSU tem por objetivo integrar as ações dos arquitetos em todo o País, através dos Departamentos.

CONGRESSO

O Congresso da União Internacional dos Arquitetos (UIA) será realizada em janeiro de 1985, no Cairo. A DN e o IAB/SP estão em entendimentos com agências de viagens e empresas de transporte aéreo para obter reduções de custos e estas serão tanto mais favoráveis quanto maior o número de inscritos. O frete de aviões reduz enormemente o preço das passanges.

As vantagens e as inscrições somente serão concedidas aos sócios quites com a tesouraria do IAB. Antecipe sua inscrição, quite seu débito com o IAB pelo valor histórico da dívida e converse com a direção sobre o parcelamento. Registre seu interesse pela viagem desde já, para que o Instituto possa negociar maiores vantagens com as agências.

Departamentos

O Departamento de Legislação e Exercício Profissional informa que debate sobre a reformulação da legislação profissional, nos termos propostos pela Comissão de Estudos da Legislação Profissional (CELP), será realizado dia 26 próximo, às 20 horas, no auditório do SASP. O evento é promoção conjunta do IAB/SP e do SASP e tem como finalidade definir as posições de São Paulo sobre a questão, para serem levadas ao Rio Grande do Sul, no início de julho, num Encontro Regional dos Estados do Sul.

CENSO

Estão em curso reuniões de uma comissão formada por representantes das diversas entidades que congregam arquitetos no Estado de São Paulo como o IAB/SP, o SASP, o IBAPE, com vistas à realização de um censo profissional, a partir de um convênio CREA-SP/DIEESE.

O censo é de particular importância, no atual momento. Através dele será levantado o quadro real da profissão de arquiteto. As entidades representadas na comissão orientam a formulação dos quesitos, para evitar distorções.

Núcleos

Como parte da festa de aniversário de Campinas, haverá uma exposição de artistas e artesãos locais, no Centro de Convivência Cultural. O núcleo do IAB na região vai participar exibindo projetos urbanos, existentes em exame pelos órgãos técnicos da Prefeitura campineira. Há até a idéia de se fazer uma discussão pública dos projetos expostos.

Enquanto prepara a exposição, os dirigentes do núcleo que representa cerca de 600 arquitetos da região, procura sede própria, para instalar-se junto com a regional do Sindicato. Eles querem arranjar um lugar onde possam instalar biblioteca, fazer exposições e cursos. Enfim, pensam numa verdadeira Casa do Arquiteto.

BAIXADA SANTISTA

O Núcleo da Baixada Santista está promovendo a I Mostra Semestral de Trabalhos dos Estudantes de Arquitetura da FAUS, com o objetivo de divulgar os trabalhos curriculares realizados pelos alunos. Os prêmios serão honoríficos e entregues pelo IAB/NBS ao autor ou autores dos trabalhos destacados pela Comissão Julgadora. Podem participar os alunos regularmente matriculados até o ano letivo de 1984. A inscrição dos trabalhos, que serão exibidos em agosto, deve ser feita até o dia 27 de junho. Para cada um será cobrada uma taxa de inscrição de Cr$ 3 mil, para os não associados, e de Cr$ 1.000, para os associados do núcleo.

MOGI DAS CRUZES

Mesmo em fase de reorganização, o núcleo de Mogi das Cruzes amplia o quadro social, participa da Comissão Pró-Restauração do Casarão do Chá, trabalha no Código de Edificações de Mogi das Cruzes e organiza um curso, sobre a história do município, com o prof. Célio Pimenta.

Evento

A Arquiprom, empresa responsável pela participação do Brasil em vários eventos de sucesso no exterior, coordenará e organizará a exposição Assentos de Trabalho, de 25 a 29 de junho, das 11 às 19 horas, na sede do IAB/SP.

Com a participação das mais importantes indústrias de móveis apresentando lançamentos, inovações e exclusividades do setor, a exposição também engloba, nos dois primeiros dias, um painel de debates e palestras sobre a importância dos assentos de trabalho como um dos principais fatores de influência no rendimento profissional. O primeiro painel, a partir das 18 horas do dia 25, reunirá designers, médicos, autoridades e profissionais do setor. O segundo, dia 26, à mesma hora, será com os fabricantes.

Assentos de trabalho abrirá o ciclo de exposições mensais promovido pelo IAB e coordenado pela Arquiprom. Com temas polêmicos, atuais e pouco questionados, e as diversas atividades que direta ou indiretamente estão ligadas ao arquiteto, o ciclo visa uma maior aproximação da classe, a fim de abrir novos mercados e perspectivas para o exercício profissional.

O ciclo terá cursos ligados aos temas das exposições. O primeiro será Introdução à Ergonomia, de 25 de junho a 6 de julho próximo.

Ministrado pelo prof. arq. Vincenzo Colonna, terá quatro aulas, sempre a partir das 20 horas: Conceito e Produto, Ergonomia e os Vários Fatores Dinâmicos, Antropometria e Universo Ergonômico, Segurança e Produção.

EXPEDIENTE

Conselho Diretor
Renato L. M. Nunes — presidente
Celso C. Franco — 1º vice-presidente
Joaquim Barreto — 2º vice-presidente
Maria E. Araújo — 3ª vice-presidente
Célio Pimenta — secretário geral
Edith G. de Oliveira — 1ª secretária
Elisabete França — 2ª secretária
Maria L. Carvalho — 1ª tesoureira
Pedro A. G. Cury — 2º tesoureiro
Maria Cristina Lage — diretora
Silvio Sawaya — diretor
Eduardo Nardelli — diretor
Vera Santana Luz — diretora
Hércules Merigo — diretor
Douglas Calder — diretor
Conselho Fiscal
Luiz Bloch
Newton Massafumi
Calim Jabur
Conselho Superior
Paulo Bastos
Antonio Panizza
José de Almeida Pinto
Rita Vaz Artigas
Eideval Bolanho
Helena Ayoub Silva
Suplentes
Geraldo Vespaziano Puntoni
Fábio Goldman
José Magalhães Júnior
Laura Guidugli
Vitalícios
Fábio Penteado
Icaro de Castro Mello
Miguel Alves Pereira
Eduardo Kneese de Melo

jornal do IAB SP
ano 4 — nº 20
junho de 1984

Ano 4 nº 20, junho de 1984.

Circulação: mensal. Tiragem: 13 mil exemplares.

Redação: Rua General Jardim, 306 — SP. CEP 01220 Fone: 259-6866
Jornalista responsável: Antonio Ubaldino (MTb 8656)

Composto e impresso na Gazeta Mercantil S.A. Gráfica e Comunicações.

EDITORIAL

Contra o imobilismo, por um instrumento de ação

Na certa, os arquitetos estranharam a ausência dos comunicados do IAB. Nas eleições, seu voto continha a alusão clara da esperança que supunha a entidade imediatamente atuante, firmando posições e pressionando governos. O IAB, porém, é a expressão das dificuldades por que passa a categoria.

Marginalizados do trabalho, os arquitetos se afastaram do seu Instituto, e este se vê, reduzido e sem recursos, empenhado na solução dos mais elementares problemas de sobrevivência. Esse desgaste não é novo e deve ser imputado à criminosa política social e econômica praticada no Brasil e que impôs seus próprios caminhos nas áreas de habitação, das cidades e da cultura. No bojo da dívida, importou técnicas e técnicos que afastaram a arquitetura, e com ela os arquitetos, da realidade brasileira.

O IAB foi centro de debates dessas questões e tinha na diretoria o canal de suas manifestações. Por falta de condições políticas, os debates, quando possíveis, se tornaram limitados e, sem o respaldo de uma participação maior, passaram a ser apenas a expressão de poucos, estabelecendo-se fatalmente a divisão e um isolamento entre os novos arquitetos e as tradições de luta do IAB.

Perdeu-se, para satisfação do arbítrio, o objetivo maior daquele centro de reflexões que tinha a polêmica como motivação da cultura e de novos rumos. Se antes os arquitetos procuravam o IAB para discutir suas divergências, hoje não o procuram exatamente devido a elas.

Há um imobilismo de princípio camuflado no jargão do "grupo fechado que se perpetua", que impede a todos de usufruir a condição elementar do convívio como preliminar de um esforço coletivo indispensável ao avanço da profissão. São comuns as manifestações rancorosas, hostis e de descrédito às menores tentativas de ação conjunta. A desconfiança passou a ser o pré-requisito da conversa.

Conscientes dessa crise, e partindo da convicção de que o órgão associativo é necessário para as lutas profissionais, e da constatação de que o prestígio histórico e posições de resistência do IAB nos garantem respaldo junto à sociedade, a nova diretoria se propõe a alterar o quadro junto aos arquitetos.

Convém lembrar que a convocação de uma Constituinte obriga os arquitetos a discutir seu papel e seu lugar na construção do País. Se não o fizermos, perderemos sempre para as inevitáveis forças contrárias, que permanentemente haverão de se articular no Congresso.

Nossas questões estão viciadas em seu encaminhamento e sua reformulação depende da discussão que amplie seu conhecimento e fixe pontos que deverão ser defendidos no novo pacto social. Cabe aos arquitetos dizer como devem intervir na política da habitação ou como querem ser contratados.

Todos são responsáveis por um IAB forte. Não só corporativo, mas instrumento da sociedade na defesa das tarefas que nos são delegadas pela Universidade e esperadas pela população.

De nossa parte, chegaremos a todo o Estado começando pelo jornal, que será distribuído aos Núcleos, Associações profissionais, Escolas de Arquitetura e órgãos públicos, numa proposta de abertura do leque de penetração das posições aqui debatidas.

Mais abrangente, o jornal, além dos informes da DN e Núcleos, cobrirá assuntos do ensino, legislação e produção da arquitetura e será veículo aberto às opiniões, temas e depoimentos sobre questões significativas da política ou da profissão. Da parte dos arquitetos, esperamos que o jornal seja tomado como um dos meios de articulação da profissão em suas múltiplas formas de atuação.

Ao afirmar que o IAB forte precisa de trabalho e de recursos, queremos dizer também que somente o aumento do quadro associativo e a participação viva dos sócios atuais poderia firmar a independência do Instituto e viabilizá-lo como instrumento de ação coletiva.

"Favela não é opção e o n

A Piratininga Arquitetos Associados Sociedade Civil, instalada há um ano no bairro do Itaim e co-administrada por meia dúzia de jovens profissionais, representa um dos modelos da empresa moderna. A descentralização gerencial e operativa interna do escritório reflete uma proposta política de redimensionamento do espaço urbano. E, através da substituição do processo de produção, oferece ao mercado um leque de novos produtos arquitetônicos.

Os projetos em andamento asseguram um período razoável de atividades à Piratininga, e o faturamento, ainda que insuficiente para garantir a aposentadoria tranqüila dos sócios, já cobre os custos fixos. Escorados no espírito da gestão coletiva, os Arquitetos Associados, José Armênio de Brito, Renata Semin, Lúcia Noemi, João Paulo Tavares, Sérgio Kpiness e o artista plástico Paulo Von Poser rebatem em bloco o título de "favelinha de arquitetos".

"Favela não é opção e o nosso trabalho é uma opção", fundamenta o arquiteto José Armênio, espécie de porta-voz do grupo, formado pela FAU há dois anos, aos 22 de idade, juntamente com a turma toda. Na prática — ele explica — essa nova concepção de trabalho nasceu na Universidade, inspirada nas aulas do professor Artigas, coordenador do Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) no último ano do curso, quando analisaram à exaustão novas formas de linguagem da produção arquitetônica.

As grandes empresas também incorporam trabalho coletivo, só que sob controle

"Começamos criando um espaço para o desenvolvimento de trabalhos curriculares e de programação visual em um pequeno ateliê da rua Marques de Paranaguá" diz, e lembra a forma que o grupo encontrou de viabilizar a força política que constituia nos tempos da FAU. "O grupo acabou no 3º ano, mas já estávamos preparados para trabalhar em grupo", prossegue Armênio.

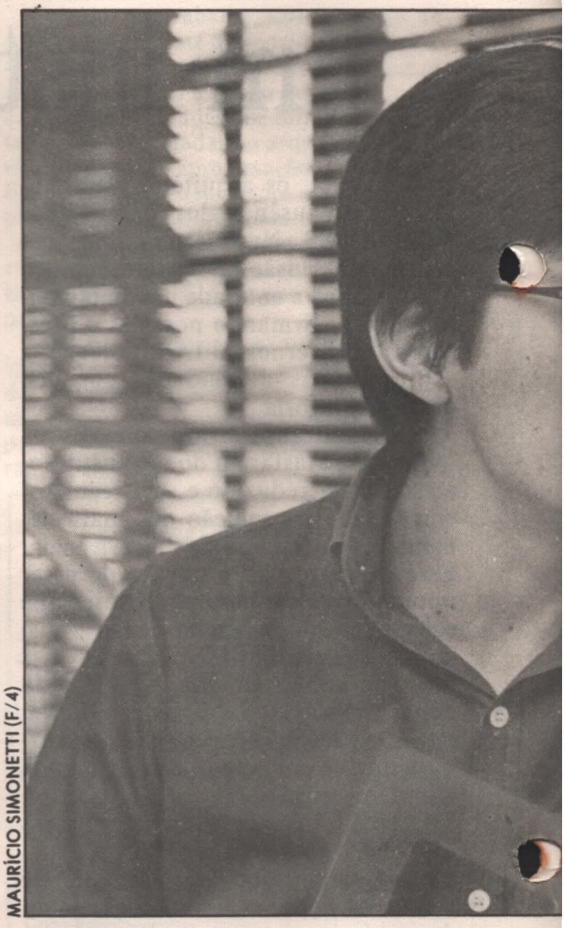
Os Arquitetos Associados afirmam que o trabalho coletivo, como uma alternativa econômica e profissional, representa uma evolução se for tratado de maneira democrática. Eles notam que as grandes empresas de projeto e construção também incorporam o trabalho coletivo, só que mantendo-o sob controle: o poder de decisão é centralizado, o que obstrui o desenvolvimento profissional de cada um, e eles muitas vezes acabam exercendo a atividade de desenhistas.

Numa campanha sindical, o grupo trabalhou sua linguagem

Em 1982, o grupo montou um ateliê em um galpão do bairro de Pinheiros, não muito longe da sede que ocupa hoje, todo o andar superior de um edifício da rua Urussuí, no bairro do Itaim. Nesta época foram desenvolvidos projetos residenciais em Campinas e Guarujá, a programação visual para o lançamento de novos produtos e foram criadas as camisetas, cartazes e botões usados na campanha eleitoral do Sindicato de Materiais Elétricos da Baixada Santista.

"A experiência da campanha de Santos foi muito boa porque trabalhamos a linguagem para um produto deste tipo", explica Armênio, que atualmente está envolvido em um projeto de construção em Cuiabá, Mato Grosso, do qual fala com entusiasmo aos amigos que vão visitá-lo no escritório. "Se for preciso, mudo para lá e fico uns três meses só para acompanhar tudo de perto", comenta.

Ao lado de Renata, Eduardo e João, que aos poucos foram chegando ao ateliê, um escritório espaçoso e bem iluminado, dotado de uma pequena biblioteca especializada e várias pranchetas, Armênio se recorda de outro trabalho muito importante executado no início da empresa: o lançamento no mercado de um novo produto natural, o guaraná em pó Caiubi, embora na época lhes interessasse mais os projetos arquitetônicos, já que haviam adquirido razoável experiência no último ano do curso da FAU projetando edificações urbanas (conjuntos poliesportivos, museus, etc.) em trabalhos individuais durante o TGI.



MAURÍCIO SIMONETTI (F/4)

José Armênio de Brito

Os formados nos anos 50 discutiam arquitetura nos locais públicos

As linhas gerais do trabalho executado pelos Arquitetos Associados fo-

ram si
enviad
do Est
nizaçã
exempl
área d
coisa d

O qu
curricu
fissiona
tempos
anos 5
cais pú
da épo
anuênc
antiga
rompe
sionais
lembra
em que
estagia
mo Ri
falecid

jornal do IAB SP
ano 4 — nº 20
junho de 1984

osso trabalho é uma opção"

tizados em um documento, m março de 1983 ao governo), onde afirmam que a orga- le grupos de arquitetos (a lo que ocorre com sucesso na informática) é fato recente, uatro ou cinco anos.

era um núcleo de trabalho tornou-se alternativa pro- acentuam. Sinal dos novos 'As gerações formadas nos iscutiam arquitetura nos lo- cos, como toda a sociedade ', explicita Armênio, com a do grupo, e acrescenta: "A igação estudante-arquiteto e porque os antigos profis- erderam seus empregos", o que já vão longe os tempos a possível ao recém-formado os escritórios de mestres co- Levi, Sérgio Bernardes ou o arlos Milan.

Na Europa existem várias experiências do tipo, como a AUA (Atelier D'Urbanisme et D'Architecture) que reúne arquitetos paisagistas e engenheiros desde 1960. Os Arquitetos Associados enfatizam que São Paulo não é Paris e as coisas não caminham como nos anos 60. "Mas a dimensão coletiva que o trabalho do arquiteto assumiu, mundialmente, é um fato inegável, é uma conquista".

FALSO CONFLITO

A carta de princípios dos Arquitetos é clara: "A experiência francesa surgiu em um momento de avanços técnicos que requereu um correspondente avanço na organização dos profissionais para o exercício da Arquitetura, fundamentado em três itens: a mediação entre as ciências humanas, melhor qualidade nas respostas através dos mais avançados recursos e a restituição do papel do profissional no seu sentido global".

A especulação imobiliária, produto da falta de participação

O arquiteto José Armênio, diz que é fundamental a atenção aos problemas sociais — como ocorreu na França — e a articulação de laços sólidos entre a Universidade, a Administração Pública e os grupos de trabalho. É neste aspecto que os Arquitetos Associados criticam a especulação imobiliária, segundo eles produto da falta de participação do conjunto da população no processo de tomada de decisões.

"É falso o conceito de que a boa obra é necessariamente a mais cara. Uma construção pode ser econômica e não ser barata, e às vezes uma construção cara não é econômica; tudo é uma questão de escala de projeto". O arquiteto João Paulo Tavares, de 24 anos, aponta o problema dos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda como exemplo desta premissa.

A cidade, um conjunto desconexo de modelos

Para os Arquitetos Associados, foram raros os momentos em que a configuração do espaço correspondeu as necessidades da população, e justamente por isso a cidade de São Paulo se tornou um conjunto desconexo de modelos diversos, estranho ao interesse dos moradores.

Neste ponto, a abordagem dos Arquitetos Associados imbrica com a teoria da despersonalização do cidadão da metrópole, exposta por Kalina e Kovadloff no livro "As Cerimônias da Destruição", que pode resultar em seu auto-extermínio.

As dificuldades são extensas e variadas. A falta de reconhecimento legal da profissão implica dificuldade na aceitação dos projetos. Frisam, que, a rigor, são muito mal pagos. Os Arquitetos Associados informam da existência de três tabelas de preços — a do Sindicato, a do CREA e a do IAB — das quais a do CREA é a que apresenta os preços mais altos. A tabela do Sindicato subestima os custos em pelo menos 50%, afirmam.

A tabela de preços mais próxima da realidade é a do IAB, segundo eles. Renata, observa que, normalmente, os projetos englobam todos os custos, incluindo aí o preço do projeto arquitetônico, em um verdadeiro "pacote fechado" onde as possibilidades de negociação são mínimas e resulta em remuneração ínfima para os arquitetos, algo em torno de 10%.

O grosso dos projetos desenvolvidos hoje é de particulares, principalmente os chamados "pequenos projetos", reforma de lojas e escritórios, que garantem três meses de atividade para cada profissional.

Mas o potencial de mercado é ilimitado, e as perspectivas se abrirão ainda mais caso o Estado decida investir em obras públicas relevantes.

O documento dos Arquitetos Associados preconiza a necessidade que sejam criados "instrumentos reguladores da ação da especulação imobiliária, o principal responsável até hoje pela construção/destruição da cidade.

O Estado tem aí o papel de estabelecer uma nova ética que coloque para quem constrói a cidade, da menor à maior obra, toda a responsabilidade deste ato, que vai muito além do interesse imediato do lucro".

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

MAURÍCIO SIMONETTI (F/4)

Mais de cem TGI ocuparam todos os recintos de exposição da sede do IAB

Os arquitetos recém-formados ocupam seu espaço no Instituto

O IAB/SP atingiu os principais objetivos a que visava ao promover em sua sede, de 15 a 31 de maio último, uma exposição de Trabalhos de Graduação Interdisciplinar (TGI) dos formandos de 1983 das Faculdades de Arquitetura do Estado.

O primeiro objetivo era colocar os recém-formados em contato com o Instituto e mostrar-lhes que ali é seu espaço. E eles vieram, conquistaram este espaço com empenho e desenvoltura. Mais de cem trabalhos que ficariam normalmente nas Faculdades, sem possibilitar qualquer intercâmbio das experiências que propiciaram, ocuparam todos os locais de exibição, numa mostra que não teve caráter de julgamento ou premiação, seleção ou avaliação.

Montada sem recursos financeiros, pelo grupo de produção de arquitetura da diretoria do IAB, a exposição permitiu que muita gente travasse contato com trabalhos onde se notava já uma incipiente procura de diversificação de linguagem, processos, pensamentos e métodologia na abordagem de temas muito atuais, como a revitalização urbana, a informática, alguns projetos de desenho industrial e vários projetos de edifícios.

O segundo objetivo do evento, contato, a troca de informações, o intercâmbio de experiências entre arquitetos mais jovens e mais tarimbados via IAB, foi realizado através da série de debates realizada nos dias da mostra. Os temas: Edifício (dia 15), Urbano (dia 17), Paisagismo (dia 21), Desenho do Objeto/Comunicação Visual (dia 23), Teoria e Crítica (dia 29) e sessão plenária (dia 31).

Os temas eram apresentados por grupos de profissionais, um grupo para cada tema, sob a forma de comunicação, para debate em seguida. O contato entre debatedores e ouvintes foi bastante frutífero, sentindo-se um desejo de discutir e aprofundar não questões específicas, mas gerais, em torno da arquitetura. Uma rápida avaliação do ciclo:

Edifício — Na primeira discussão da série, a precisão das colocações feitas pelos debatedores praticamente não ensejou polêmicas.

Urbano — Debate muito interessante pelas opiniões diversificadas e estruturadas em relação aos problemas do planejamento urbano contemporâneo.

Paisagismo — Este tema, como o de Desenho do Objeto, proporcionou discussões ricas, em razão das posições instigantes dos debatedores presentes.

Teoria e Crítica — O último debate do ciclo proporcionou a oportunidade de largo intercâmbio de idéias sobre a arquitetura, a filosofia, a estética. Foi uma discussão acurada da qual ressaltou uma postura crítica bem sedimentada da arquitetura contemporânea.

Plenária — Mais informal, a sessão permitiu melhor elaboração de questões colocadas nos debates. As discussões sobre os trabalhos expostos não foram mais longas e aprofundadas talvez porque, como o TGI pode ser visto como trabalho escolar, os participantes derivaram, muitas vezes, para o debate sobre a arquitetura e seu ensino.

— A partir da mostra, esperamos que os jovens arquitetos participem mais, se posicionando criticamente. A intenção é de que eles venham mais e em maior númeo ao IAB, disse Vera Santana Luz, diretora do grupo que organizou a exposição.

Sanegram: entidades estudarão respostas

As respostas do secretário de Obras e Meio Ambiente, João Oswaldo Leiva, sobre questões ainda não elucidadas sobre o Sanegran é que determinarão as formas de mobilização das 22 entidades técnicas e ambientalistas que se reuniram a 15 de fevereiro na Assembléia Legislativa para discutir o destino final dos esgotos da Grande São Paulo.

A 18 de abril, uma comissão dessas entidades foi a Leiva. Integrada pelo secretário do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Alceu Bittencourt, o presidente da Associação Paulista de Medicina, Oswaldo Gianotti, a vice-presidente do IAB/SP, Maria de Fátima Araújo, o diretor da seção paulista da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Tárcio Papa, o coordenador da Divisão de Engenharia Sanitária do Instituto de Engenharia, Francisco de Toledo Piza, além do presidente da Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, Aloysio Nunes Ferreira, a comissão buscava resposta a três perguntas. Estas:

1. Quais são os termos das negociações com o BNH em relação à política de saneamento do governo Montoro?

a) Quais os fluxos de recursos previstos por parte do BNH e do governo estadual, e sua destinação?

b) Quais as ventuais imposições ou condicionantes por parte do BNH, especialmente no que diz respeito à aplicação de parte dos recursos na Estação de Tratamento de Esgotos e Interceptor de Barueri?

2. Qual a situação atual da revisão do Sanegran, considerada fundamental na Proposta Montoro, e que seria o instrumento básico para orientar a discussão de um plano de esgotos para a Região Metropolitana?

3. Qual o programa do governo para a área de saneamento?

a) Quais os níveis de atendimento pretendidos para os próximos anos?

b) Quais as obras previstas para assegurar esses níveis?

POSIÇÕES

Leiva pediu algumas semanas para responder completamente. Mas adiantou, em termos gerais, algumas posições oficiais.

Disse que o projeto Sanegran é considerado inadequado, mas o primeiro módulo da estação de tratamento de Barueri e o interceptor de esgotos são considerados irreversíveis. A primeira parte do módulo, adiantou, deverá estar concluída em 1986; a segunda, em 1989, com capacidade de utilização plena. Com isso, quis dizer que, em Barueri não ocorrerá o que acontece na estação de Suzano, que opera em 10% da capacidade por falta de redes e coletores-troncos.

Ele afirmou também que o BNH não discrimina São Paulo quanto a investimentos; a redução é geral, segundo Leiva, que acrescentou que o nível de atendimento à população da Grande São Paulo com água tratada será mantido até 1986.

ENTROSAMENTO

Para o IAB/SP, a revisão do Sanegran deve ocorrer dentro de um projeto de planejamento metropolitano.

— Há necessidade de rápido entrosamento nos vários níveis de governo responsáveis pelo planejamento global e pelos planos setoriais, diz a vice-presidente do Instituto, Maria de Fátima Araújo.

Ela explica que o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, (PMDI), elaborado pela Emplasa, e que define questões como o uso e ocupação do solo, adensamento e direção do crescimento da cidade, contém pré-requisitos para projetos setoriais, como transporte, saneamento, habitação.

— Isso tudo tem de ser amarrado com o planejamento geral. Numa situação de crise não se pode mais desperdiçar recursos, acrescenta.

É essencial, segundo Fátima Araújo, que a revisão do Sanegran considere os problemas da preservação do meio ambiente, pois há questões que precisam ser compatibilizadas. A preservação do rio Tietê, dos mananciais e a prioridade do atendimento à população com coleta de esgotos.

— Compatibilizar é difícil. Mas a revisão do projeto tem de tomar isso como critério, finaliza.

Voluntários na proteção aos mananciais

Está em curso uma campanha de proteção aos mananciais que abastecem os municípios da Grande São Paulo. Depois de sobrevoá-los em helicóptero e constatar "a dramaticidade do uso do solo de forma abusiva" e o "crime contra o meio ambiente", o secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Affonso, após descerrar a indefectível placa alusiva, à beira da represa Billings, em São Bernardo do Campo, anunciou a arma mais potente da campanha: o cumprimento rigoroso da lei.

A Lei de Proteção aos Mananciais foi aprovada em 1975, após elaborada pela Emplasa, órgão técnico da Secretaria. Dias antes do lançamento da campanha, Almino Affonso surpreendeu a muitas das mais de 40 pessoas que foram ouví-lo debater o assunto na Assembléia Legislativa ao informar que nunca foram aplicadas multas ou penalidades por transgressões a ela.

— Quando assumi a secretaria, encontrei em torno de 900 processos engavetados, referentes a fatos que eram denunciados pelos especialistas da Emplasa, mas que acabavam por serem deixados de lado quando chegavam à secretaria, durante as administrações anteriores. A Secretaria foi muito esvaziada e a Emplasa perdeu muito de seu apoio técnico e financeiro para fazer cumprir a lei — afirmou.

No dia 7 último, após participar de uma cerimônia em que 41 fiscais voluntários foram diplomados na Secretaria dos Negócios Metropolitanos, para ajudar na proteção aos mananciais, o presidente da Emplasa, Armando Marcondes Machado, afirmou a este jornal:

— Estas pessoas não são funcionários públicos. São membros da comunidade que nada ganharão para ajudar na agilização do cumprimento da lei. Só sua aplicação é que vai indicar se e quais reajustes serão necessários.

Sobre se a Lei de Proteção aos Mananciais integralmente cumprida provocaria algum tipo de correção de rota no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Marcondes Machado disse:

— Eu entendo que não há interferência. O plano é muito antigo e será reformulado com o tempo, substituido por um II PMDI.

A campanha lançada por Almino Affonso inclui um convênio com a Companhia Energética de São Paulo (CESP), que semanalmente emprestará um helicóptero para sobrevôos dos mananciais e divulgação da lei através dos meios de comunicação.

Antes do planejamento regional, é necessário um Plano Diretor

O secretário Jorge Wilheim pretende contratar com escritórios de planejamento a elaboração dos Planos das Regiões Administrativas da cidade de São Paulo, a partir de dossiê e diretrizes formuladas pela Sempla. A primeira concorrência tratou da região de Santo Amaro e teve vários inscritos, saindo vencedora a proposta do escritório Botti Rubin, escolhida por comissão da qual fez parte um membro da diretoria do IAB, arquiteto Sílvio Sawaya.

O Instituto não participou da elaboração dos termos do edital e aceitou compor o juri como contribuição capaz de levar à Secretaria o pensamento dos arquitetos, tendo antes firmado sua posição conforme ofício que transcrevemos:

"O Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo, compreendendo a oportunidade da iniciativa de se elaborar planos para áreas urbanas da metrópole paulistana, vem, por intermédio deste, confirmar sua participação como membro do juri que realizará a classificação das propostas para elaboração do plano de Santo Amaro, através do colega arq. Sílvio de Barros Sawaya, membro da diretoria deste Instituto.

Alguns esclarecimentos neste momento se fazem necessários:

1. Revendo as iniciativas de planejamento de áreas urbanas em São Paulo vê-se que datam de muito tempo e, no momento em que se retoma o tema, o aprofundamento proporcionado por essas iniciativas anteriores deverá ser levado em conta tendo em vista:

a. a diferença existente entre área urbana administrativa e área urbana orgânica;

b. a ligação indissociável entre plano e processo de planejamento no sentido de contar com a participação e legitimação do planejamento pela sociedade civil;

c. a importância de se compreender como um todo o território, a metrópole e suas partes atuando sobre as definições em todos esses níveis;

d. a importância crescente do poder político a ser desempenhado pelas Administrações Regionais e suas vinculações com o contexto do espaço econômico e social em geral e enquanto instância local do poder político.

2. Santo Amaro é uma cidade dentro da cidade, o que a justifica como primeira área a ter seu plano elaborado e, no entanto, a própria singularidade de sua situação no contexto metropolitano leva a se considerar a necessidade de se rever o processo proposto para as demais áreas a serem planejadas, inclusive no que diz respeito à forma de participação do IAB/SP na iniciativa.

3. Na atual conjuntura, há uma incógnita a propósito da maneira de se elaborar documentos de planejamento tendo em vista a complexidade da evolução urbana registrada na metrópole e a crise econômica e social por que passa o País. O dossiê e demais documentos orientadores das propostas a serem apresentadas refletem esse impasse, o que leva a uma indefinição metodológica e a necessidade de se contribuir de forma criadora nesse sentido. Ao mesmo tempo, faz do julgamento mais uma consideração de equipes e escopos, competências, enfim, do que análise de propostas que delineiem rumos e horizontes para a área em questão.

O IAB/SP, face a estas verificações, valorizara no julgamento as propostas que considerem estes aspectos e que tragam contribuições efetivas, ultrapassando os aspectos curriculares e as delimitações em torno de etapas e cronogramas propostos.

4. Uma seleção desse caráter deverá ser entendida como algo além do mero cotejo de preços. Trata-se de compreender Santo Amaro na projeção desejável de sua vida urbana e na configuração possível de seu espaço, a partir da consideração da comunidade como agente fundamental de seus desígnios, o que implica num juízo de mérito das propostas apresentadas.

Certos de que a presente manifestação será compreendida como uma contribuição, mesmo que a posteriori, para implantação e desenvolvimento das iniciativas em andamento, o IAB/SP aproveita a oportunidade para reafirmar a necessidade de se aprofundar e avançar na sistemática de concepção destes trabalhos e, conseqüentemente, de selecionamento de seus realizadores.

Acreditando que estas discussões serão implementadas e ampliadas para os demais aspectos das ações do planejamento municipal, agradece a deferência do convite e se coloca à disposição para abrigar uma exposição/debate continuado de todos os passos da realização do presente trabalho, oferecendo sua sede no que diz respeito à convocação dos arquitetos paulistas para esta discussão."

A segunda concorrência, para a regional de Campo Limpo teve apenas um inscrito e foi renovado o convite ao Instituto, que decidiu não participar.

Do ponto de vista do IAB, a elaboração dos planos deve ser revista desde os aspectos contratuais até às questões mais profundas de metodologia. A nosso ver, a elaboração dos planos regionais não pode anteceder a formulação do Plano Diretor da cidade, em fase intensa de estudos e cronograma de conclusão já estabelecido. Os debates realizados pela Sempla junto à população enriqueceram muito o dossiê dos planos. Porém, a discussão do PDDI deverá dar-se em outro nível. Entidades civis, Câmara Municipal e Secretarias poderão dar a dimensão que, somada às contribuições colhidas pela Sempla, tornará integrada a proposta para a cidade.

Sem dúvida, somente com esse enfoque amplo ações de âmbito restrito justificam os trabalhos do planejamento, cuja Secretaria poderá, então, contratar pequenos projetos dentro de cada regional, articulados com a estrutura de desenvolvimento da cidade na proposta de seu Plano Diretor.

Essas questões foram apresentadas ao Secretário Municipal do Planejamento pelo presidente do IAB para fundamentar a ausência da entidade no juri, ficando resolvido que a Sempla e o Instituto farão reuniões para discuti-las, visando obter uma forma de colaboração recíproca que canalize os esforços do secretário e dos arquitetos em benefício da cidade.